

Legislação Informatizada - Decreto nº 52.377, de 19 de Agosto de 1963 - Publicação Original

Veja também:

Dados da Norma

Decreto nº 52.377, de 19 de Agosto de 1963

Concede indulto a sentenciados que menciona e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, nº XIX, da Constituição e em comemoração ao "Dia do Encarcerado", decreta:

Art. 1º Ficam indultados todos os sentenciados primários, definitivamente condenados a penas restritivas da liberdade, que não ultrapassem a 4 anos, e que tenham cumprido, até a presente data um terço daquelas penas, com boa conduta carcerária.

Art. 2º Ficam comutadas as penas de detenção, reclusão ou prisão definitivamente impostas aos primários, que tenham cumprido mais de um terço da condenação, com boa conduta carcerária na proporção seguinte:

- a) um terço, aos condenados a penas de mais de 4 até 6 anos;
- b) um quinto, aos condenados a penas de mais de 6 anos até 15 anos; e
- c) um décimo, aos condenados a penas de mais de 15 até 30 anos.

Parágrafo único A comutação referida neste artigo não abrange os beneficiários de anterior comutação individual ou decorrente de Decreto coletivo.

Art. 3º Os benefícios do art. 1º são extensivos aos condenados a pena pecuniária, isolada ou cumulativamente cominada.

Art. 4º O reconhecimento, na sentença condenatória, de que o apenado é perigoso, condicionará a concessão da graça de que trata este Decreto, ao resultado do exame de verificação da ausência ou cessação da

periculosidade, previsto no art. 715, do Código do Processo Penal.

Art. 5º Os Conselhos Penitenciários deverão proceder, nos termos do artigo 736, do Código de Processo Penal, à verificação dos sentenciados abrangidos pelas condições deste Decreto, remetendo parecer informativo ao juiz da execução para os efeitos previstos no art. 738, do mesmo Código.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União -
Seção 1 de 20/08/1963

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/8/1963, Página 7241 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1963, Página 279 Vol. 6 (Publicação Original)